



**Universidade Estadual de Goiás
Câmpus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas – Henrique Santillo - CCET
Curso de Ciências Biológicas**

RAPHAEL BORGES GERTRUDES

**A EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE
DEFICIENTES VISUAIS: MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS.**

Anápolis-GO,

2015

RAPHAEL BORGES GERTRUDES

A educação e as possibilidades de inclusão de deficientes visuais: material didático pedagógico.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Goiás, CCET, como requisito parcial à obtenção do grau de Biólogo Licenciado.

Orientadora: Prof^a. Msc. Vera Lúcia Cardoso de Oliveira
Orientando (a): Raphael Borges Gertrudes

**Anápolis
2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS –
HENRIQUE SANTILLO
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – MODALIDADE: LICENCIATURA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO DO TRABALHO:

A EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS: MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

AUTOR:

RAPHAEL BORGES GERTRUDES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDO E APROVADO EM SESSÃO PÚBLICA, NO DIA 02 DE JULHO DE 2015, ÀS 08:00 HORAS, NO CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS – HENRIQUE SANTILLO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, CUJA BANCA EXAMINADORA ESTEVE CONSTITUÍDA DOS SEGUINTE MEMBROS:

PROFA. MSC. VERA LÚCIA CARDOSO DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
ORIENTADORA

PROFA. MSC. CIBELE PIMENTA TIRADENTES
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

PROFA. ESP. MIRIAM MARQUES LEAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a minha mãe e ao meu padrasto que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida, onde me passaram valores importantes, sabendo o quanto eu passei para chegar até aqui. Dedico este trabalho também a minha avó que sempre me incentivou nos momentos mais difíceis da minha vida, com broncas nas horas certas, conselhos nos momentos necessários, sendo que ela representa para mim a imagem perfeita de uma mulher, devida toda sua luta ao decorrer de sua caminhada. Dedico também este trabalho a minha namorada Aline, pelo companheirismo, pelos incentivos e pela sua presença. Dedico este trabalho a todos os meus amigos e familiares que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Hoje tenho sentimento de ter chegado a um dos grandes objetivos da minha vida, um sonho para muitos de meus familiares e para mim, que não seria possível sem a contribuição de todos, que sempre me apoiaram e incentivaram, onde não mediram esforços para a realização desse sonho. Olho para trás e vejo que cada momento valeu a pena, seja ele bom ou ruim, eles me tornaram mais fortes para a batalha e hoje posso dizer que venci a primeira de muitas que virão.

Agradeço a minha mãe Adua por tudo, por não medir esforços para meu sucesso, você representa para mim meu anjo protetor, que sempre me apoiou, me aconselhou, tentando mostrar o caminho correto a seguir, sei que durante nossa caminhada fiz escolhas que machucaram muita gente, onde me afastei de todos que torciam pelo meu sucesso, mas hoje estou aqui, mostrando que o caminho certo é aquele que nos faz bem, aquele que a senhora me mostrou, te amo muito mãe. Serei eternamente grato à senhora.

Agradeço a meu padrasto, que posso chamar de pai, pois me deu todo suporte e ajuda durante essa jornada, tenho um imenso carinho por você.

Agradeço também a todos meus familiares, cada um representa algo muito importante nessa jornada, sejam pelas risadas, conselhos e até broncas. Mais em especial agradeço a minha avó Elizabeth, que tanto se preocupa com meu futuro, com minha felicidade, vó a senhora é minha inspiração de vida, de superação e de batalha. Amo todos vocês, obrigado por tudo!

Não poderia deixar de agradecer a minha namorada Aline, que não tenha palavras que descreva o quanto você significa para mim, obrigado por tudo, pelo apoio, pelos incentivos, pelas risadas e por ser minha melhor amiga, e meu amor. Eu te amo!

As minhas colegas de classe Dayane, Michelly e Tainara, agradeço por tudo, pois sem vocês nada teria acontecido, minha conquista também é de vocês. Cada uma de vocês tem um significado especial para mim, torço pelo sucesso de cada uma e sei que todas conseguiram conquistar seus objetivos e sonhos. Vocês não são somente minhas colegas de classe, mas sim minhas amigas de verdade, aquelas que sempre me lembrarei e principalmente sentirei falta de estar com vocês durante toda a semana, afinal foram 4 anos juntos, já havia me acostumado com a risada de vocês. Gosto muito de vocês, obrigado por tudo.

A minha orientadora professora Vera Lúcia, agradeço por acreditar em mim e principalmente pela orientação honrosa. Obrigado pelos incentivos e colaborações.

Agradeço também aos professores Pedro Paulo Oliveira, Luciana Damascena, Cibele Pimenta e Claudio, que contribuíram muito para a minha formação acadêmica, e são grandes exemplos que quero seguir em minha carreira.

Obrigado a todos, que contribuíram de forma indireta ou direta na minha jornada, o meu muito obrigado.

RESUMO

Hoje no mundo em que vivemos ainda existem muitos preconceitos com relação às pessoas que apresentam deficiências, onde podem ser citados portadores de deficiências visuais, auditivas e cognitivas, porém, encontramos pesquisadores como Freitas, Burkle e Oliveira que se propõem a estudar diferentes maneiras para minimizar a questão que envolve preconceito à qual as pessoas são sujeitas e que as impossibilitam de terem oportunidades igualitárias na sociedade. A realidade dos indivíduos que apresentavam deficiência no contexto da visão foi substituída por uma visão inclusiva, onde a educação foi uma peça muito importante nesta mudança, e, portanto foi necessário ganhar uma grande transformação onde até aquele exato momento, os portadores de deficiência tinham sido deixados de lado na educação, sendo assim, o aluno era atendido apenas separadamente ou até mesmos excluídos, onde se afastavam da sociedade. O aluno que é deficiente visual, assim como qualquer outro indivíduo, precisa de intervenções educacionais mais ligadas para as suas verdadeiras necessidades, as limitações proporcionadas pela deficiência visual não podem impedir o portador de expressar suas potencialidades em outras atividades nas quais os outros sentidos possam favorecer, pois, mesmo nas pessoas classificadas como “normais”, não é perceptível a utilização integral de todos os sentidos. O processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais na escola e na sociedade necessita de conhecimentos específicos dos profissionais que estão envolvidos neste processo, para que isso aconteça, tendo em vista a visão de uma escola inclusiva, acredita-se que o conhecimento sobre adaptações nas grades curriculares e recursos didático-pedagógicos adaptados, por parte dos professores da rede regular de ensino que possuem alunos com necessidades especiais, pode tornar-se elemento facilitador para essa inclusão. Assim, este estudo objetivou analisar quais métodos pedagógicos que podem ser usados para a inclusão dos deficientes visuais na educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. O estudo permitiu identificar alguns dos principais métodos e técnicas utilizadas para a inclusão dos deficientes visuais. Entre esses diversos métodos, alguns são sugeridos pelos autores supracitados como indispensáveis para que as escolas sejam realmente inclusivas, como por exemplo, os livros adaptados ao sistema *braille*. Vale considerar a necessidade da capacitação dos professores para o uso dos materiais didático pedagógicos para os alunos com deficiência visual.

Palavras chave: Deficiência visual, Inclusão. Necessidades especiais. Material didático pedagógico.

ABSTRACT

Today in the world we live in there are still many prejudices regarding people with disabilities, where people with visual, hearing and cognitive impairments can be cited, however, find researchers like Freitas, Burkle and Oliveira who propose to study different ways to minimize the matter involving prejudice to which people are exposed to and that make it impossible to have equal opportunities in society. The reality of individuals with disabilities in the context of the vision was replaced with an inclusive vision, where education was a very important part in this change, and so it was necessary to win a major transformation which until that very moment, the disabled had been set aside in education, therefore, the student was attended only separately or even excluded them, which marked a departure from society. The student who is visually impaired, as well as any other individual, need educational interventions more connected to their real needs, the limitations provided by the visually impaired can not prevent the wearer to express their potential in other activities that may favor the other senses, because even in people classified as "normal" is not noticeable use full of all the senses. The process of inclusion of people with special needs in school and society requires specific knowledge of professionals who are involved in this process to make it happen, given the vision of an inclusive school, it is believed that knowledge about adaptations in curricula and adapted didactic and pedagogical resources, by teachers of the regular school system that have students with special needs, can become a facilitator for such inclusion. This study aimed to analyze what teaching methods that can be used for the inclusion of the visually impaired in education. The methodology used was literature. The study identified some of the main methods and techniques used for the inclusion of the visually impaired. Among these various methods, some are suggested by the aforementioned authors as necessary for schools to be truly inclusive, such as books adapted to the Braille system. It is worth considering the need for teacher training for the use of didactic teaching materials for students with visual impairment.

Keywords: Visual impairment, Inclusion. Special needs. Educational courseware.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Representação do Alfabeto Brille	20
Figura2. Representação do Soroban.....	21
Figura3. Representação de um reglete e punção.....	22
Figura4. Representação de uma caixa de vocabulário.....	22
Figura5. Representação de uma Grade para escrita cursiva.....	23
Figura6. Representação de uma caixa de números.....	23
Figura7. Representação de uma fita métrica adaptada.....	24
Figura8. Representação de uma caneta maluca,,,,.....	24
Figura9. Representação de um baralho adaptado.....	25

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS.....	15
3-METODOLOGIA.....	16
4-DESENVOLVIMENTO.....	17
4.1- Educação Inclusiva	17
4.2- Deficiência Visual.....	19
4.3- Materiais Didáticos Pedagógicos para Inclusão de Deficientes Visuais.....	19
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

Atualmente ainda existem muitos preconceitos com relação às pessoas que apresentam deficiências, onde podem ser citados portadores de deficiências visuais, auditivas e cognitivas, porém, encontramos pesquisadores como Freitas, Burkle e Oliveira que se propõem a estudar diferentes maneiras para minimizar a questão que envolve preconceito à qual as pessoas são sujeitas e que as impossibilitam de terem oportunidades iguais na sociedade (BRAGA; LIMA, 2015).

Por um longo tempo os indivíduos portadores de deficiência foram excluídos do contexto social, pois eram julgados como incapazes de se adaptarem a este contexto. No final dos anos de 1950 e início da década de 1960 do século XX, a inclusão escolar para os alunos portadores de necessidades especiais e os que manifestavam dificuldades para aprender tiveram na política educacional brasileira, chances de serem incluídos legalmente, de acordo com estudos realizados ao longo do tempo (BRAGA; LIMA, 2015).

Ao falar sobre inclusão de deficientes (pessoas que possuem uma disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômicas) nas escolas, é sempre muito comum ouvirmos as reclamações dos docentes, pois não se sentem aptos ou preparados para trabalhar com esses alunos especiais, acreditam que seja necessário ter formação diferenciada, sendo assim, tentam sempre resistir ao acolhimento dos que antes ficavam segregados do ensino regular, obtendo lugar somente na educação inclusiva, logo, essa resistência não é significativa, pois hoje estes alunos têm os seus direitos assegurados pela legislação, que garante a matrícula de todo estudante no ensino regular (ROMERO; SOUZA, 2015).

A realidade dos indivíduos que apresentavam deficiência no contexto da visão foi substituída por uma visão inclusiva, onde a educação foi uma peça muito importante nesta mudança, e, portanto foi necessário ganhar uma grande transformação onde até aquele exato momento, as pessoas com deficiência tinham sido deixadas de lado na educação, sendo assim, o aluno era atendido apenas separadamente ou até mesmos excluídos, onde se afastavam da sociedade (BRAGA; LIMA, 2015).

A Declaração de Salamanca (1994) trouxe um novo olhar sobre a educação especial, principalmente, sobre quem é a criança. Ela enfatiza que todas as crianças possuem suas características, interesses, habilidades e necessidades que são específicas de cada um, sendo assim, possuindo direito à educação. Afirma também que, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de

uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 1994, p. 1-2).

Para compreender qual o objetivo da inclusão na sociedade das pessoas que possuem necessidades especiais, Freitas (2006) diz que:

[...] a inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo (FREITAS, 2006, p. 38).

O Brasil fez a escolha pela construção de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 (UNESCO, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lei nº 9.394/96, no art. 58 § 1º, afirma que haverá, quando for necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, diz que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, e por último afirma que a oferta da educação especial, deve ser constitucional do Estado, tendo início na faixa de zero a seis anos durante a educação infantil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Lei nº 9.394/96, no art. 59 os sistemas de ensino irão assegurar aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos para atender suas necessidades.

A CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no art. 1º, em seu Parágrafo único, estabelece que “o atendimento escolar desses portadores tenha o início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, garantindo para eles os serviços de educação especial sempre que necessário” (BRASIL, 2001). A resolução CNE/CEB nº 4/2009 em seu art. 1º, para a implementação do Decreto nº 6.571/2008 “define que os sistemas de ensino são designados a matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE)” (BRASIL, 2009).

A Educação Especial em uma visão que é inclusiva tem tido destaque em normativas e legislações que auxiliam a elaboração de políticas públicas educacionais relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, é, possível destacar a Política Nacional da Educação

Inclusiva (2007), Decreto 7611/2011 os quais tratam como deve acontecer o Atendimento Educacional Especializado, que condiz ao atendimento realizado por professores especializados em escolas regulares às crianças com necessidades especiais (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Bürkle (2010), o Atendimento Educacional Especializado também é formado pelo professor itinerante, o professor mediador, as Salas de Recursos, onde tem como o objetivo de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais durante o seu processo de ensino aprendizagem. Para Mantoan (2006, p. 35), “é inquestionável que as ferramentas estão aí para que as mudanças ocorram e para que modernizem a escola”. O ministério da educação oferece cursos, minicursos, especializações, que são gratuitos na maioria das vezes, porém os professores não se interessam ou as vezes nem saibam da existências desses cursos que são oferecidos, sendo assim, não utilizando as ferramentas disponíveis.

“A cegueira é uma alteração grave ou total de somente uma ou mais das funções fundamentais da visão que acarreta de modo determinante a percepção de cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 15). Ainda, conforme os autores, a cegueira “pode expressar desde o nascimento (cegueira congênita), ou futuramente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 15).

Dessa forma, vale considerar que o aluno que é deficiente visual, da mesma forma que qualquer outro indivíduo, precisa de intervenções educacionais que venham de encontro as suas verdadeiras necessidades, portanto, as limitações ocasionadas pela deficiência visual não podem impedir o portador de expressar suas potencialidades em outras atividades nas quais os outros sentidos possam favorecer, uma vez que, mesmo nas pessoas classificadas como “normais”, não é perceptível a utilização integral de todos os sentidos (MELO, 2004).

Diante desse contexto, o tema “A educação e as possibilidades de inclusão de deficientes visuais: material didático pedagógico” foi escolhido, por se tratar de um assunto que se encontra presente na realidade das escolas brasileiras, pois temos muitos portadores de necessidades especiais, incluindo os deficientes visuais, sendo necessário compreender e discutir essa temática, com tantas abordagens e de extrema relevância.

Assim, este trabalho apresenta a seguinte estrutura: Introdução, onde será mostrada uma visão geral sobre o tema, objetivos gerais e específicos, a metodologia, o

desenvolvimento com uma revisão de literatura sobre a educação inclusiva, a deficiência visual e os materiais didático pedagógicos para deficientes visuais e por fim, as considerações finais serão relatadas as lições aprendidas com a experiência da elaboração deste trabalho de conclusão de curso, no intuito de apresentar perspectivas futuras sobre a temática e referências.

2. OBJETIVOS

2. 1. Objetivo Geral

O objetivo deste estudo foi analisar quais recursos didáticos podem ser usados para a inclusão dos deficientes visuais na educação.

2. 2. Objetivos específicos

Identificar os recursos didáticos usados para a inclusão dos deficientes visuais.

Descrever as dificuldades enfrentadas na aprendizagem pelos deficientes visuais.

Identificar se os recursos didáticos fazem com que o aluno compreenda melhor o conteúdo.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo sobre a educação e as possibilidades de inclusão de deficientes visuais constitui um objeto interessante de análise sobre os recursos necessários para que esses portadores de necessidades especiais possam ser inclusos na educação brasileira.

A metodologia definida para a realização deste trabalho foi de levantamento bibliográfico. Logo, o estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica, realizado entre novembro de 2014 a junho de 2015, no qual se realizou uma consulta a livros e periódicos presentes na Biblioteca da Universidade Estadual de Goiás– Campus de Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo e por artigos científicos selecionados através de busca no banco de dados do *Google*, *Google Acadêmico* e do *Scielo*, o material utilizado compreende o período de 1983 á 2015. Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram os materiais pedagógicos utilizados na educação para inclusão de deficientes visuais e recursos para portadores de necessidades especiais.

Para aproximação da temática, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois esta permitiu “um levantamento de toda a bibliografia já publicada, permitindo que o pesquisador tenha contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (LAKATOS e MARCONI, 2000, p. 221).

A pesquisa bibliográfica pode ser elaborada sozinha, ou também pode ser usada como parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando o objetivo é coletar informações e conhecimentos prévios acerca de uma situação no qual se procura uma resposta ou sobre uma hipótese a ser testada. Nas duas situações buscam-se conhecer e observar as contribuições culturais ou científicas sobre um determinado assunto. A pesquisa bibliográfica envolve toda a bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo, onde há várias publicações como, por exemplo, as avulsas, os boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros. Dessa forma, o primeiro passo para dar início a uma construção de um protocolo investigativo é a pesquisa bibliográfica, ou seja, após definir um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema abordado.

Para o segundo passo é necessário utilizar uma abordagem relevante, para que esta pesquisa bibliográfica adquira uma relevância acadêmica foi utilizada uma abordagem qualitativa, pois segundo Rampazzo (2005, p. 58) este tipo de análise “questiona e põe em dúvida o valor da generalização. Diferenciando-se da pesquisa comum feita em ciência”, busca observar intensamente os fenômenos no ambiente com registros precisos e detalhados do que acontece no espaço pesquisado.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 Educação Inclusiva

Para que a inclusão ocorra é necessário que aconteça respostas às diferenças. No entanto, é preciso que as escolas elaborem práticas pedagógicas que torne possível aos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência uma aprendizagem significativa, sendo assim, valorizando os conhecimentos que são capazes de exercer (MIRANDA; PAULA, 2010). Assim, Caetano, Mendes e Carvalho, 2010 define a educação inclusiva como:

[...] a escola em que o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm o direito a escolarização. O objetivo a ser alcançado é a inclusão de todos os alunos na comunidade (CAETANO; MENDES; CARVALHO, 2010, p.15).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Estado de Goiás (2009), a educação especial é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos que são portadores de necessidades especiais e garante que haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular para atender as necessidades desses alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Estado de Goiás (2009), afirma também, que o sistema de ensino vai assegurar a esses alunos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender suas necessidades e também destacam que esses alunos vão ter professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado e professores do ensino regular capacitados para integração desses alunos nas classes comuns. No entanto, nem sempre as leis representam a realidade, no Brasil muitos alunos com necessidades especiais ainda estão isolados no educação, muitas escolas não possuem professores capacitados, ou até mesmo os próprios recursos, as metodologias e matrizes adaptadas para esses alunos.

O processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola e na sociedade necessita de conhecimentos específicos dos profissionais que estão envolvidos neste processo, para que isso aconteça, tendo em vista a visão de uma escola inclusiva, acredita-se que o conhecimento sobre adaptações nas matrizes curriculares e recursos didático-pedagógicos adaptados, por parte dos professores da rede regular de ensino que possuem alunos portadores de necessidades especiais, pode tornar-se elemento facilitador para essa inclusão (OLIVEIRA, 2010). A este respeito, Goffredo (1992) em seu trabalho faz um

alerta para o fato de que o processo de desenvolvimento nas escolas da educação inclusiva tem encontrado grandes dificuldades, em consequência da falta de formação dos professores das escolas regulares para atender às necessidades dos portadores de necessidades especiais, e também da infraestrutura que são inadequadas, e das condições para realização do trabalho pedagógico que envolve as crianças e jovens portadores de deficiência. Corroborando com essa ideia, Castro (1997) verificou em seu trabalho que as principais dificuldades encontradas são similares em diferentes escolas públicas brasileiras, podendo destacar: formação insuficiente dos professores, baixa valorização da classe, falta de apoio pedagógico, infraestrutura e condições de trabalho precárias, tornando mais difícil à atuação do professor. Por fim, a autora destaca a necessidade dos professores serem orientados com cursos práticos, para que eles possam utilizar maneiras eficientes de ensino, tendo como objetivo um ensino de qualidade para todos.

Na inclusão, é necessário que todos os membros da equipe escolar se envolvam no planejamento voltado à proposta. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis diferenciados e específicos, mas necessitam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja realizada com êxito nas escolas. No entanto, é primordial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional, para que o sistema educacional se torne cada vez melhor e mais inclusivo (SANT'ANA, 2005). Segundo Glat, Magalhães e Carneiro (1998) a escola se tornará realmente inclusiva a partir de condições muito diversas, através de recursos humanos e também pedagógicos. Segundo esses autores, a falta de preparo dos professores para lidar com os alunos com deficiência em sala de aula, representa um dos principais pontos para o efetivo ingresso desses alunos no sistema regular da educação. Em outros países como os Estados Unidos, os professores são bem mais preparados e qualificados em relação ao Brasil, e as escolas apresentam melhores condições, em relação à recursos e infraestrutura.

Segundo Tessaro et al. (2005), a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, onde se busca superar toda uma história que envolve discriminação e preconceito e principalmente isolamento. De acordo com Glat e Fernandes (2005), a Educação Inclusiva vem sendo reconhecida como a principal forma de atendimento a alunos que possuem necessidades educativas especiais, mas, na prática este método ainda não se aplica no Brasil como uma proposta educacional amplamente difundida e compartilhada. Mesmo que nos últimos anos tenham sido realizadas experiências que são promissoras, a grande maioria das escolas regulares não apresentam condições institucionais necessárias para a realização, que

envolvem questões políticas em todos os níveis de abrangência, como o Ministério da Educação.

4. 2 Deficiência Visual

A deficiência visual pode ser dividida em dois aspectos: cegueira legal e do ponto de vista educacional. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cegueira legal é quando a visão corrigida melhor dos olhos for menor ou igual a 20/200, ou seja, se puder ver a 6 metros sendo que um indivíduo que possui visão normal pode ver a 60 metros. No ponto de vista educacional, pessoas cegas são indivíduos que apresentam ausência total de visão, até perda de projeção de luz (BARRAGA, 1983).

Deficiência visual é um termo designado para referir-se à perda visual que não há meios para ser corrigida com o auxílio de lentes, compreende tanto a cegueira total, ou seja, é a perda total da visão nos dois olhos, quanto a visão subnormal, que é uma irreversível e forte diminuição da visão, que não se consegue corrigir pelos recursos óticos (MOURA; PEDRO,2006).

Cegos são indivíduos que apresentam desde ausência total da visão, até percepção de luz (distingue o claro e escuro), ou projeção de luz (identificando de onde vem a luz). A cegueira parcial é a condição que a grande maioria dos indivíduos que são cegos se encontra, onde o individuo consegue perceber desde vultos, até a diferença de claro e escuro, e também conseguem fazer contagens de dedos a uma determinada distância. Pessoas com baixa visão podem indicar a projeção da luz, até onde sua limitação não atrapalhe, no entanto, utilizam a visão residual para a educação, como nas escolas, onde inclui a leitura e a escrita, com ou sem recursos que possam ajudar nessas praticas, e também utilizam em situações do dia a dia (ORMELEZI, 2000).

4. 3 Materiais Didáticos Pedagógicos para Inclusão de Deficientes Visuais

Para Miranda e Paula (2010), o sistema *Braille*, criado por Louis Braille, em 1825 na França, representa o alfabeto dos cegos, e também é o objeto que permite a escrita e a leitura para esses deficientes visuais, trata-se, portanto, de uma ferramenta fundamental para a inclusão dos deficientes visuais, sendo considerada entre as mais importantes, pois permite o desenvolvimento do aluno, onde o mesmo vai poder utilizar o sistema *Braille* para a

compreensão de diversos assuntos e matérias, desenvolvendo sua capacidade de raciocínio. Segundo Oliveira, Biz e Freire (2002), ler *Braille* necessita de um procedimento muito severo para perceber todos os detalhes da cela *Braille*. Esse procedimento frequentemente usa a progressão da esquerda para direita, com muita atenção para não pular linhas, o reconhecimento geral dos símbolos *Braille* é feito com a mão direita, e percepção cuidadosa dos símbolos com a mão esquerda (Figura 1).

1ª série - série superior - utiliza os pontos superiores 1245	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
2ª série é resultante da adição do ponto 3 a cada um dos sinais da 1ª série	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
3ª série é resultante da adição do pontos 3 e 6 aos sinais da 1ª série	u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
4ª série é resultante da adição do ponto 6 aos sinais da 1ª série	â	ê	î	ô	ù	à	ñ/ī	ü	õ	ò/w
5ª série é formada pelos sinais da 1ª série posicionados na parte inferior da cela	,	;	:	Sinal Divisivo	?	!	=	“ ”	*	o (grau)
6ª série é formada com a combinação dos pontos 3456	í	ã	ó	Sinal de Alg.	Ponto Final ou Apóstrofo	- (hifen)				
7ª série é formada por sinais que utilizam os pontos da coluna direita da cela (456)	(4)	(45)	Barra Vertical	(5)	Sinal de Maiúscula	\$	(6)			

Figura 1: Representação do Alfabeto Brille.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Miranda e Paula (2010) destacam outros materiais pedagógicos que são usados para inclusão dos deficientes visuais como, por exemplo: Gráficos e ilustrações presentes nas múltiplas disciplinas precisam estar adaptados, onde é necessário que apresentem relevo. Atividades na disciplina de Educação Física podem ser adaptadas utilizando barras, cordas, no entanto, o professor deve sempre estar próximo ao aluno no decorrer da atividade. O professor pode optar também por montar objetos adaptados utilizando materiais de baixo custo como frascos, tampas de vários tamanhos, tecidos que apresentem texturas diferenciadas, barbantes, palitos e por último, pode ser utilizado pelo professor mapas com formatos de quebra cabeça e

peças com cores fortes e de diversos tamanhos devido aos vários tipos de deficiência visual, direcionadas ao aluno totalmente cego ou ao aluno que consegue enxergar menos que uma pessoa normal. Segundo o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (2009) um recurso didático que pode ser utilizado para a aprendizagem e inclusão do deficiente visual é o soroban, que é um contador mecânico japonês que foi adaptado pelo brasileiro Joaquim Lima de Moraes para uso de pessoas que apresentam deficiência visual. O soroban contribui para o desenvolvimento do raciocínio e estimula à criação de habilidades mentais. O soroban pode servir como base para resoluções de operações matemáticas, logo cabe ao professor aprender a utiliza-lo e ensinar os alunos a técnica para utilizar o soroban para operações matemáticas como adição, subtração, potenciação entre outros (Figura 2).

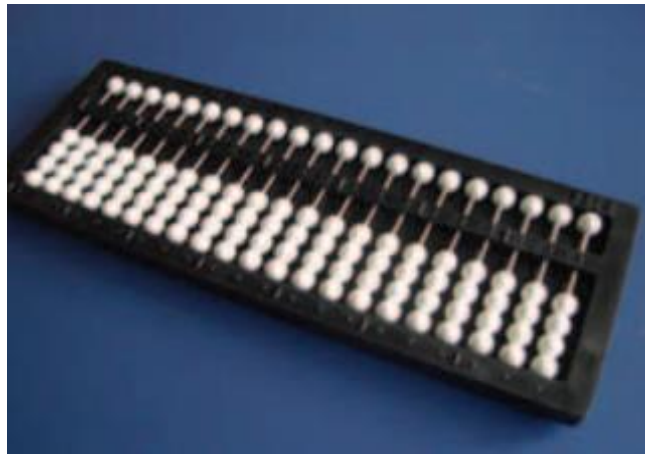


Figura 2: Representação do Soroban
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

De acordo com Sá, Campos e Silva (2007), a inclusão dos deficientes visuais pode ser realizada com diferentes materiais pedagógicos, sendo citados por esses autores, os livros com adaptação para o sistema *Braille*, que, para a realização da escrita *braille* os deficientes visuais necessitam de materiais denominados reglete e punção. (Figura 3). As cenas de Vídeos precisam ser descritas oralmente, como também devem ser descritos oralmente esquemas, símbolos e diagramas que estão presentes em diversas disciplinas.



Figura 3. Representação de um reglete e punção.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Sá, Campos e Silva (2007) também descrevem materiais que podem ser elaborados pelo próprio professor, sendo os mesmos simples e fáceis de serem produzidos, onde fazem com que o aluno que apresente deficiência visual compreenda o conteúdo. Os materiais simples que foram descritos e exemplificados são vários, como a Caixa de vocabulário, que é uma caixa feita de plástico ou também pode ser feita com papelão, possuindo miniaturas pregadas em cartões com o nome do objeto em *braille* e em tinta, esse material vai permitir que o aluno saiba o nome dos objetos e seus respectivos formatos (Figura 4).



Figura 4. Representação de uma caixa de vocabulário.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Outro material é a grade para escrita cursiva, que possui pautas elaboradas com caixa de papelão, radiografias, emborrachado e outros, esse material irá facilitar a escrita para o deficiente visual (Figura 5).



Figura 5. Representação de uma Grade para escrita cursiva.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Há também um material denominado como Caixa de números, que pode ser feita com caixas de plástico possuindo miniaturas onde é necessário colar na parte de fora da caixa o numeral, precisa estar desenhado em tinta, relevo e em *braille*, e corresponder à quantidade de objetos guardados no interior da caixa, fazendo com que o aluno possa aprender um pouco de matemática (Figura 6).



Figura 6. Representação de uma caixa de números.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Outro material que pode ser elaborado facilmente pelo professor é a Fita métrica adaptada, que apresenta marcações na forma de orifícios e pequenos recortes, essa fita vai permitir que o aluno trabalhe com medidas e tenha um pouco de noção da dimensão dos objetos, e também pode ser usado para a disciplina de matemática (Figura 7).



Figura 7. Representação de uma fita métrica adaptada.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Um objeto que chama a atenção pela criatividade é a Caneta maluca, que é feita com uma caneta Bic com um fio extenso de lã enrolado em um carretel na parte de cima e com a ponta enfiada no lugar da carga para desenhar sobre prancha de velcro, que vai permitir que o aluno faça desenhos. Esse material pode ser usado na disciplina de artes (Figura 8).

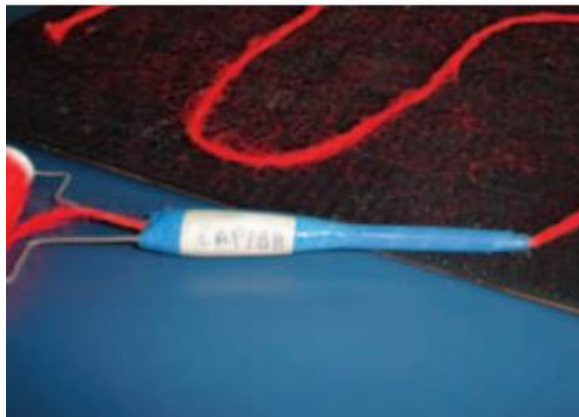


Figura 8. Representação de uma caneta maluca.
Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

E o último exemplo citado por Sá, Campos e Silva (2007), é um Baralho que é adaptado, contendo descrição em *braille* do número e naipe, esse baralho é um material que é mais voltado para o lazer e diversão do aluno que apresente deficiência visual, podendo ser usado nas horas de recreio e intervalos (Figura 9).

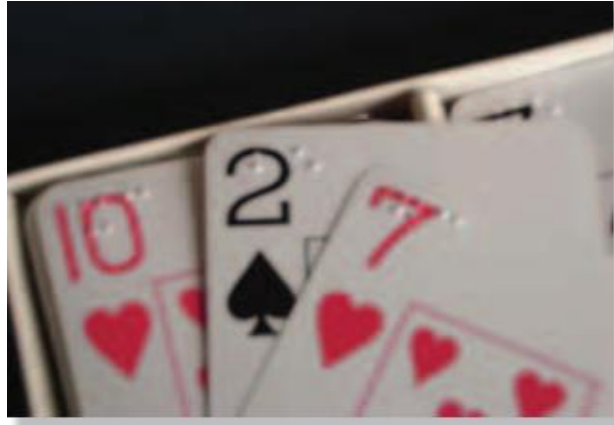


Figura 9. Representação de um baralho adaptado.
 Fonte: Ministério da Educação (2007) com adaptações.

Outros recursos descritos por Sá, Campos e Silva (2007) foram o soroban, mapas em com formato de quebra cabeça e maquetes com ilustrações de diversos tamanhos para o deficiente visual conseguir perceber as diferenças das peças.

Para que o aluno chegue a um desempenho eficiente, o aluno deficiente visual, principalmente o aluno cego, necessita dominar alguns materiais básicos, indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. Entre esses diversos materiais, destacam-se: reglete e punção, soroban, textos transcritos em *braille* e gravador cassete, que é um recurso antigo porém ainda usado pois é de fácil manuseio para os deficientes visuais. (CERQUEIRA; FERREIRA, 2000). Rodrigues e Barni (2009) em relação à outros pesquisadores, relatam recursos mais tecnológicos, modernos e atualizados, que são muito utilizados na educação à distancia .Os recursos citados são: material pedagógico em relevo, impressão em *Brille* ,lupas, teclados especiais, software com acessibilidade. Esses alunos deficientes visuais vão receber o material didático, livros adaptados e gravações, armazenados em CD digital, no qual, realizam a leitura com a ajuda do software DOSVox, que é um sistema para microcomputadores que se comunica com o usuário através da síntese de voz, esse software foi elaborado para deficientes visuais. Segundo o estudo de Rodrigues e Barni (2009) já é utilizado pela as unidades de educação á distância, um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), que é um recurso recente, moderno e tecnológico que permite a interação de professores e alunos em diferentes localidades, porém, os alunos cegos realizam a leitura com o auxílio dos softwares Jaws e DOSVox.

De acordo com Cerqueira e Ferreira (2000), a máquina de datilografia representa um valioso recurso de comunicação nas fases mais a frente da aprendizagem e tem várias aplicações na vida prática e no desempenho de diversas funções, para alunos que apresentam

visão subnormal, na maioria das vezes, os recursos didáticos mais utilizados são: cadernos com margens e linhas fortemente marcadas e espaçadas, lápis com grafite de tonalidade forte, caneta hidrocor preta, impressões ampliadas, materiais com cores fortes e contrastantes, e um recurso que pode também ser utilizado no ensino é o livro falado, que é gravado em vídeo cassete.

Caetano, Mendes e Carvalho (2010) enfatizam que os professores de biologia podem fazer modelos de E.v.a e isopor, com diferentes formas, texturas e cores, onde o aluno possa pegar e sentir a diferença nas peças e compreenderem o modelo que pode ser de uma célula ou algo que represente o assunto tratado pelo professor em sala de aula. Carvalho (2001) realizou sua pesquisa voltada para materiais inovadores e tecnológicos, para a inclusão dos deficientes visuais. Em seu trabalho, cita materiais que são recursos tecnológicos voltados para a educação à distância para alunos com deficiência visual, descritos através dos seguintes recursos: apresentação em alto relevo, documentos que permitem que figuras e gráficos simples sejam gravados, geralmente em papel especial ou película de PVC, em alto relevo, de forma que possam ser assimilados via tato; outro recurso é a apresentação em *braille*, através de documentos voltados para deficientes visuais, que permitem que figuras e gráficos simples sejam gravados, geralmente em papel especial ou película de PVC, em alto relevo, de forma que possam ser assimilados via tato e por fim o áudio-cassete que é uma fita magnética, protegida por um lacre de plástico, que permite gravar e reproduzir o som, inserindo-o em um aparelho com o mesmo nome.

Oliveira, Biz e Freire (2002), apresentaram diversos materiais pedagógicos onde seguiram determinadas normas, como por exemplo, o tamanho, a segurança, fidelidade, facilidade de manuseio, estimulação visual e resistência, para que esses materiais atendam realmente as necessidades dos alunos portadores de deficiências visuais. Alguns dos recursos que foram exemplificados para alunos cegos foram, mapas de encaixes com cores fortes e grandes relevos, livros adaptados para cegos que deviam estar em *braille*, e para os alunos com visão subnormal foram citados materiais como o lápis com grafite de tonalidade forte, caneta hidrocor preta e cadernos com as margens e linhas fortemente marcadas e espaçadas. Segundo Carvalho et al. (2010), o professor de atendimento educacional especializado realizará um estudo que vai permitir a definição da utilização de recursos ópticos e não ópticos para os alunos portadores de deficiência visual, atendendo assim a necessidade de cada aluno.

Entre os recursos ópticos que são utilizados para alunos que apresentam visão subnormal são destacados os seguintes recursos: telescópio, que é usado para leitura no quadro negro, lunetas, óculos adaptados com lentes de aumento que irão melhorar a visão de perto e também são destacadas as lupas, que permitem que o aluno amplie o tamanho das fontes, as dimensões de mapas e gráficos que estão presentes em livros. Carvalho et al. (2010), destaca também recursos que não são ópticos e podem ser usados para alunos que apresentam visão subnormal, como o lápis 4B e 6B, as canetas de ponta mais grossa, gravadores e ampliação das fontes em livros, apostilas, jogos e agendas. Já os materiais destacados para alunos que apresentam deficiência visual total, são: Soroban, jogos de encaixe, instrumentos de medir, ceta Braille, dominó adaptado e livros adaptados para o sistema *braille*.

De acordo com Gasparetto et al. (2001), os materiais de inclusão para alunos deficientes visuais são de extrema importância, pois sem esses materiais não têm possibilidades de ocorrer a inclusão e também não há meios para que esses alunos aprendam conteúdos em sala de aula. Os materiais nem sempre estão presentes nas escolas, e quando estão, ocorrem duas grandes problemáticas, a primeira é a falta de preparo dos professores, como por exemplo, o de biologia. Esses professores não recebem em seus currículos de formação preparo para lidar com esses alunos deficientes visuais, e, para o conteúdo de biologia é necessário que sejam utilizados esses materiais. Os professores de biologia não buscam produzir nem objetos simples, como células feitas com isopor, ou massas de modelar, que irão fazer com que o aluno deficiente visual consiga compreender o conteúdo passado em sala de aula. A segunda problemática é a falta de professores AEE, e a falta de domínio sobre os recursos que são utilizados para atender os alunos deficientes visuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de contar com poucos trabalhos realizados sobre os materiais didáticos que são utilizados para deficientes visuais, com a realização deste estudo, foi possível identificar alguns dos principais recursos e técnicas utilizadas para a inclusão dos deficientes visuais. Entre esses diversos recursos, alguns são indispensáveis para que as escolas sejam realmente inclusivas, como por exemplo, os livros adaptados ao sistema *braille*.

Os alunos que apresentam deficiência visual enfrentam grandes dificuldades e barreiras, seja pela falta de materiais didáticos, ou pela falta de capacitação dos professores que se encontram na rede de ensino regular para o uso destes. Tais recursos deveriam ser mais utilizados nas escolas, sendo que precisam também, passarem por inovações, envolvendo mais as tecnologias e mídias disponíveis para esse fim.

A realização de cursos preparatórios sobre como deve ocorrer o processo de inclusão de portadores de necessidades especiais deveria ser realizada pelo Ministério da Educação para todos os profissionais da educação, permitindo assim, um melhor acompanhamento para esses alunos. Os professores podem buscar cursos, oficinas, minicursos, palestras, que são oferecidas gratuitamente pelo Ministério Da Educação, ou pelo sistema educativo da região que o professor trabalha, ou seja, é sempre possível inovar a didática e o conhecimento.

Dessa forma, é possível apresentar como perspectivas o desenvolvimento de estudos sobre a capacitação de professores para lidar com os materiais didáticos pedagógicos para os alunos que apresentam deficiência visual possibilitando assim, o fortalecimento do processo de inclusão dos deficientes visuais.

6. REFERÊNCIAS

BARRAGA, N. **Programa para desenvolver a eficiência visual**. Trad. Fundação para o livro do Cego no Brasil. SP, p.3-8, 1983.

BRAGA, A. M. M.; LIMA, M. R. S. **Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares**. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_12_2010.pdf, acessado em 15 de abril de 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer CNE/CEB n.17/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. **Ed. Mota**, 1º ed, Brasília,2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394/96, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de out. 2009.

BÜRKLE, T.S. **A sala de recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro: das propostas legais à prática cotidiana**. 146f. 2010. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, M. **Inclusão escolar: das intenções à prática. Um estudo da implantação da proposta de ensino especial na rede municipal de Natal, RN**. Tese de Doutorado Não Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

CAETANO, D. B; MENDES, M. L; CARVALHO, S.D. **João Roberto: experiências e conceitos sobre o processo de educação inclusiva**. Caderno 4, Secretaria de Educação de Goiás/Coordenação De Ensino Especial, p.20-26, 2010.

CARVALHO, J.O.F. **Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no Ensino Superior**. Campinas: Unicamp, p.130-145 2001.

CARVALHO, L.S; CUSTÓDIO, W.G; CARVALHO, S.D; PADILHA, J.C. **Atendimento Educacional Especializado-AEE: perspectivas para a educação inclusiva em Goiás**. Caderno 1, Secretaria de Educação/Coordenação de Ensino Especial, Goiás,2010.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na educação especial. Rio de Janeiro: **Revista Benjamin Constant**, 15. ed., abril de 2000.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

FREITAS, Soraia Napoleão et.al. **Tendências Contemporâneas de Inclusão.** UFSM. p. 42,2008.

GASPARETTO, M. E. R. F; TEMPORINI, E. R; CARVALHO, K. M; KARA-JOSÉ, N.O aluno portador de visão subnormal na escola regular: desafio para o professor. **Arquivo Brasileiro Oftalmologia**, v.1, p. 45-51, 2001.

GLAT, R; MAGALHÃES, E. F. C. B; CARNEIRO, R. Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva. Em M. C. Marquezine; M. A. Almeida; E. D. O. Tanaka; N. N. R. Mori & E. M. Shimazaki (Orgs.), *Perspectivas multidisciplinares em educação especial*. p. 373 – 378. Londrina, **Ed. UEL**,1998.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GOFFREDO, V. **Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro.** *Integração*, 4(10),p.118-125,1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Metodologia científica. São Paulo, **Atlas**, 2000. 3ª. Edição.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: **Moderna**, 2006.

MELO, J. P. O Ensino da Educação Física para Deficientes Visuais. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 117-131, maio 2004.

MOURA, G. R, PEDRO, E. N. R. Adolescentes portadores de deficiência visual: percepções sobre sexualidade. **Revista. Latino-am Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 220-6, 2006.

MIRANDA, S.R.S; PAULA,E.M.M. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Caderno2. Goiás, Secretaria de Educação, 2010.

OLIVEIRA, F I.W; BIZ, V.A; FREIRE, M. Processo de inclusão de alunos deficientes visuais na rede regular de ensino: confecção e utilização de recursos didáticos adaptados. **Núcleo de Ensino/PROGRAD**, p. 445-454, 2002.

OLIVEIRA, F. I. W. “A Importância dos Recursos Didáticos Adaptados no Processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais”, 2010. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2002/aimportanciadosreccdidaticos.pdf>>Acessado em 25/05/2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. O atendimento de crianças com baixa visão. Programa para prevenção de cegueira da OMS. Bangkok, OMS, p.32-9, 1994.

ORMELEZI, E.M. **Os caminhos da aquisição do conhecimento e a cegueira: do universo do corpo ao universo simbólico.** 2000. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP. 272f. São Paulo, 2000.

PERILLO, M. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/ Dispositivos Constitucionais Pertinentes Lei nº 9.394,20 de novembro de 1996 Regulamentações- Normas Correlatadas.** Brasília, p.41, 5ª ed, 2009.

ROMAGNOLLI, G.S. E.; ROSS, P. R. **Inclusão de aluno com Baixa Visão na rede pública de ensino: Orientação para professores.** Curitiba, 2008.

ROMERO, R.A.S.; SOUZA, S. B. Educação inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. Disponível em:
http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf, acessado em: 21 de maio de 2015.

RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. 3ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, K. G; BARNI, E. M. **A utilização de recursos tecnológicos com alunos deficientes visuais no curso superior a distância de uma instituição de ensino de Curitiba-Pr.** IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro de 2009.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v.10, n.2, p. 227 – 232, Maringá, 2005.

SILVA, N. S.; OLIVEIRA, T.C.B. C.. Convivendo com a diferença: a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. Disponível em:<
<http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009%20%20CONVIVENDO%20COM%20A%20DIFEREN%C3%87A.pdf>>, acessado em, 17 de abril de 2015.

SÁ, E. D; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. **Editora Cromos**, Brasília, p.19-40, 2007.

TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. B. Inclusão Escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educação**, v. 9, n. 1. Campinas, p.2-7, 2005.

